

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.658.608 - SP (2020/0025777-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MZM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI
AGRAVANTE : LUCIANA DE MORAES
ADVOGADO : JOAO ROGERIO ROMALDINI DE FARIA - SP115445
AGRAVADO : MARCHI ARQUITETURA LTDA
AGRAVADO : WILSON MARCHI JUNIOR
ADVOGADOS : RODRIGO KOPKE SALINAS - SP146814
LEO WOJDYSLAWSKI - SP206971

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MZM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI e OUTRO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO AÇÃO COM PEDIDO CONDENATÓRIO SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA IRRESIGNAÇÃO DE AMBAS AS PARTES PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DOS AUTORES NEGADO PROVIMENTO AO DOS RÉUS PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA NO MÉRITO AUTORIA DO PROJETO INCONTROVERSA PLÁGIO DEVIDAMENTE CONFIGURADO SEGUNDO ENTENDIMENTO DA MAIORIA OS DANOS MATERIAIS FORAM FIXADOS EM R 30150000 QUE CORRESPONDE AO VALOR DO PREÇO ESTABELECIDO PARA A CONTRATAÇÃO ORIGINÁRIA LEGÍTIMA ACRESCIDO DE 50% E OS DANOS MORAIS FIXADOS EM R 30150000 POIS NÃO SE AFIGURANDO APROPRIADO O ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM VALOR FIXO ALEATÓRIO TARIFÁRIO NECESSÁRIO QUE O ARBITRAMENTO SE REALIZE MEDIANTE UTILIZAÇÃO DO VALOR JÁ ENCONTRADO PARA O RESSARCIMENTO DOS DANOS MATERIAIS DETERMINAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA AUTORIA NOS MOLDES REQUERIDOS NA INICIAL INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS REFORMADAS SUCUMBÊNCIA EM MAIOR PARTE DOS REQUERIDOS SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA RECURSO DOS RCUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO DANDO - SE PARCIAL PROVIMENTO AO DOS AUTORES

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo

constitucional, alega violação do art. 944 parágrafo único, do CC, no que concerne à necessidade de redução do valor fixado a título de danos morais, trazendo os seguintes argumentos:

65. Assim, cristalino que ao arbitrar o valor dos danos morais no caso dos presentes autos, a Colenda 9ª Câmara de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deixou de observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, mormente em se considerando que valor muito próximo ao arbitrado nos presentes autos, foi fixado ao mesmo título em ação em que figuram duas das maiores emissões de televisão do Brasil, as quais, por óbvio, apresentam expressão econômica significativamente maior que as Embargantes. (fls. 905).

66. Ora, com a devida vênia, o valor arbitrado à título de danos morais e materiais mostram-se absolutamente excessivos e despropositados, não guardando, com a devida vênia, a devida proporcionalidade capaz de penalizar o ofensor sem, contudo, ensejar o enriquecimento sem causa do ofendido, ensejando evidente negativa de vigência ao artigo 944 do Código Civil. (fls. 906).

67.- Diante de todo o exposto, resta evidente que a condenação ao pagamento de indenizações nos montantes fixados, imposta às Recorrentes, fogem dos patamares condizentes com os postulados normativos da proporcionalidade e razoabilidade, com fulcro no artigo 944, parágrafo único do atual Código Civil. (fls. 906).

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega interpretação manifestamente divergente do acórdão recorrido com precedentes de outros tribunais em face do art. 944 parágrafo único, do CC.

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Destarte, não se afigurando apropriado o arbitramento da indenização por danos morais em valor fixo, aleatório tarifário, necessário que o arbitramento se realize mediante utilização do valor já encontrado para o ressarcimento dos danos materiais.

E nesse passo, a indenização por danos morais deve ser fixada no mesmo valor daquela arbitrada para os danos materiais, ou seja, R\$ 301.500,00 (trezentos e um mil e quinhentos reais), **com o que se alcançarão os objetivos primordiais da verba em testilha, quais sejam, desestimular a conduta ilícita dos réus e trazer algum lenitivo aos autores** (fl. 717).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos

em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente